



## ATA DA 1ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze no auditório da Casa das Artes, em Arcos de Valdevez, pelas dezoito horas e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia começou por saudar todos os presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa comunicou a ausência, justificada, por compromisso inadiável em Lisboa, do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, assim como dos dois Vice-Presidentes da CIM Alto Minho, por compromissos assumidos inadiáveis. Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro José Carlos Coelho Resende da Silva (PS Viana do Castelo) justificou a sua falta e fez-se substituir por José Emílio Rocha Antunes Viana (PS Viana do Castelo); o membro Armando Paulo Rodrigues Fontainhas (PSD Monção) justificou a sua falta e fez-se substituir por Dulcinea Andrea Malheiro Rodrigues Figueiredo; o membro Salvato Vila Verde Pires Trigo (CDS-PP Ponte de Lima) justificou a sua falta e fez-se substituir por Mecia Sofia Alves Correia Martins e o membro Alberto Luís Oliveira Vilas (PSD Valença) justificou a sua falta e fez-se substituir por José Manuel Bastião Veríssimo. Rosalina Maria Barbosa Martins substituiu o membro José Augusto Pacheco (PS Paredes de Coura). -----

--- Não esteve presente o membro Manuel Álvaro Guimarães Gomes e a membro Maria Emília Sousa Cerqueira, que justificou a sua falta posteriormente.-----

--- O membro Rui Alberto Rodrigues da Cruz (PS de Vila Nova de Cerveira) comunicou a renúncia de mandato na Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira e conseqüentemente na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, tendo sido substituído pela membro Ana Cristina Araújo Silva dos Santos (Movimento Independente "Pensar Cerveira" de Vila Nova de Cerveira) passando, a partir desta data, a ser membro efetivo desta Assembleia Intermunicipal. Mais informou ter sido verificada a legitimidade da Senhora Ana Cristina Araújo Silva dos Santos. (Doc. 1/2014). -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**1.1 -** Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2013, realizada em 27 de dezembro de 2013 da Assembleia Intermunicipal, -----

**1.2 -** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**2.1 -** Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----

**2.2 –** Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2013; -----

**2.3 -** Aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho;-----

**2.4 –** Aprovação do Revisor Oficial de Contas;-----

**2.5 –** Comunicação da Alteração Orçamental;-----

**2.6 –** Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

**2.7 –** Renovação – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

**2.8 –** Aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho.-----

**3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

--- O Senhor Presidente abriu as inscrições para o ponto **1.1 -** Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2013, realizada em 27 de dezembro de 2013 da Assembleia Intermunicipal. Não tendo havido inscrições passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com 29 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra. -----

**1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.**

--- O senhor Presidente da Assembleia informou que foram rececionadas, pela Mesa, três moções apresentadas pelo Partido Socialista: “Encerramento de Especialidades Médicas Hospitalares – ULSAM” (Doc. 2/2014); “Investimentos que o Alto Minho, o Norte e o País precisam” (Doc. 3/2014) e “Encerramento do Tribunal Judicial de Paredes de Coura”. (Doc. 4/2014) -----

Foi ainda apresentada uma moção pela CDU: “40 Anos da Revolução de Abril de 1974” (Doc. 5/2014).-----

Por fim foi apresentada uma moção do CDS-PP: “Retirada de valências da Unidade Local de Saúde do Alto Minho”. (Doc. 6/2014)-----

-- De seguida foi solicitado, pelo Senhor Presidente da mesa, ao líder da bancada do PS para proceder à leitura da primeira moção apresentada - “Encerramento de Especialidades Médicas





Hospitalares – ULSAM” -----

--- A referida moção foi lida na íntegra pelo líder do Partido Socialista, membro Paulo Pimenta, que no fim agradeceu a atenção dispensada.-----

--- O senhor Presidente da Mesa referiu a moção apresentada pelo CDS-PP – “Retirada de valências da Unidade Local de Saúde do Alto Minho”, com uma abordagem ao mesmo assunto e com vários pontos em comum, solicitando ao líder da bancada do CDS-PP para proceder à leitura da mesma.-----

--- A referida moção foi lida na íntegra pelo membro do CDS-PP, João Manuel Castro, tendo agradecido a atenção dispensada.-----

--- Após leitura das duas moções sobre o mesmo assunto, é posta à discussão, abrindo as inscrições. Inscreve-se o membro José Augusto de Sousa.-----

José Augusto Sousa – Cumprimentando toda a Assembleia, explica que considera que o princípio social democrata é um princípio baseado na solidariedade. Assim, diz, não se compadecer este princípio de solidariedade com o encerramento de serviços em alguns locais, nomeadamente, no interior, onde as condições de vida são mais difíceis. Discordando com o texto apresentado pelo Partido Socialista, concordando apenas com o essencial. Defendendo a manutenção dos serviços, que ainda não se encontram encerrados mas sinalizados, evocando outros serviços que já foram encerrados. Declara não concordar com o fecho de serviços no interior.-----

--- O senhor Presidente da Mesa, passa à votação da moção apresentada pelo Partido Socialista que é aprovada por unanimidade dos presentes.-----

De imediato passa á votação da moção apresentada pelo CDS-PP que é também aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Propõe ainda a fundir as duas moções, questionando a Assembleia sobre o assunto. Não havendo reação contrária, afirma que será dado o devido reencaminhamento às mesmas.-----

--- O senhor Presidente de Mesa, passa de imediato á moção “Investimentos que o Alto Minho, o Norte e o País precisam”, solicitando ao líder do Partido Socialista para proceder à sua leitura.---

--- Após conclusão da leitura da referida moção, abre o período de inscrições para discussão da mesma. Inscreve-se o membro José Augusto Sousa.-----

José Augusto Sousa – Agradece a oportunidade, focando novamente, a questão da solidariedade, de acordo com a primeira abordagem efetuada. Refere promessas feitas pelos sucessivos governos e em especial pelo Partido Socialista, sobre a construção de uma autoestrada para Paredes de Coura, o que ainda não aconteceu até ao presente, dizendo-se ainda crente sobre o assunto. Informa concordar com o que é pedido na moção agora lida e que o seu voto será favorável à mesma.-----





--- O senhor Presidente da Mesa passa de imediato à abertura do período de votação, após a qual, a mesma é aprovada por 33 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra.-----

--- O senhor Presidente da Mesa passa à apresentação de outra moção apresentada, pelo Partido Socialista, sobre o encerramento do Tribunal Judicial de Paredes de Coura, solicitando à membro Rosalina Martins a sua leitura.-----

Rosalina Martins – Cumprimenta toda a Assembleia e comunica que se encontra em substituição do Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, senhor José Augusto Pacheco, membro efetivo desta Assembleia, passando de imediato á leitura da moção referida.-----

--- Após término da leitura da moção, o senhor Presidente da Mesa passa á abertura do período de inscrição para discussão da mesma. Não havendo inscrições e após votação foi, a mesma aprovada co 33 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra.-----

--- Em seguida passa à moção apresentada pela CDU sobre os “Quarenta anos da revolução de abril de 1974”, que irá ser lida pelo membro, Martinho Cerqueira.-----

--- A referida moção foi lida na íntegra pelo líder da CDU que no fim agradeceu a atenção dispensada.-----

--- Finda a leitura da moção, o senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão da mesma. Não havendo inscrições passa-se de imediato à sua votação. Após votação é aprovada com 20 votos a favor, 9 abstenções e 7 votos contra.-----

--- Ainda dentro do período de “Antes da Ordem do Dia”, para apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, questiona se alguém ainda se pretende inscrever. Inscreveram-se os membros: Dora Machado Cruz e António Gonçalves Simões.-----

Dora Machado Cruz – Dirigindo-se a toda a Assembleia manifesta a honra em receber este plenário neste município e anuncia que fará uma pequena intervenção política sobre o 25 de abril de 1974, não sendo portanto para votação. De imediato inicia a leitura da “Intervenção política sobre o 25 de abril de 1974” (Doc. 7/2014).-----

-- O senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao membro António Gonçalves Simões.-----

António Gonçalves Simões – Inicia a sua intervenção cumprimentando todo o plenário. Demonstra o seu reconhecimento por abordagens, já efetuadas neste plenário sobre as “liberdades” do 25 de abril. Apresenta questões que entende importantes para a comunidade do Alto Minho, começando por referir a Portaria nº 82/2014 de 10 de abril onde são estabelecidos critérios de categorizar os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde de acordo com a natureza das suas responsabilidades, quadro de valências, posicionamento nas redes hospitalares e consequentemente proceder à sua classificação. Refere ainda que nos termos do artigo 3º da mesma Portaria, a ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho, está classificada no grupo 1, estando assim prevista a perda de algumas valências, nomeadamente





os serviços de maternidade, como já foi referido e que se julga muito prejudicar a saúde no distrito, que já por si já apresenta algumas debilidades. -----

Outra questão prende-se com o encerramento dos serviços de finanças, que segundo notícias, dos últimos dias, encerrarão cinquenta por cento, conforme despacho nº 50/2014 da Direção Regional da Administração Tributária e Aduaneira, persistindo dúvidas quanto á forma da sua aplicação. Salieta a desertificação sentida no interior, com a perda de serviços e o aumento dos sacrifícios sentidos pela população, evocando alguns distrito mais afetados incluindo Viana do Castelo. Referindo por analogia as lojas do cidadão, como serviços passados para terceiros, assumindo responsabilidades que cabem ao Estado. -----

Por último refere a questão da saúde no distrito de Viana do Castelo, salientando a linha de alta tensão, referindo que o assunto teria passado um pouco despercebido no distrito. Referiu ainda ter a Assembleia Municipal de Monção, aprovado por unanimidade, uma proposta sobre o assunto. Mencionou também o encontro realizado no dia 4 de abril com o concelho de Argo (Galiza) onde ficou decidido a realização de uma manifestação, que do lado português foi realizada no dia 27 de abril, com início em território português tendo passado através da ponte internacional para Argo (Espanha). Assim, solicita, ao Presidente do Conselho Intermunicipal, informação sobre esta questão.-----

--- É solicitada uma intervenção por parte do membro Francisco Reis Lima, sendo-lhe concedida a palavra pelo senhor Presidente da Mesa.-----

Francisco Reis Lima – Cumprimentando toda a Assembleia, começa por referir as alusões feitas ao aniversário do 25 de abril, que entendeu terem sido utilizadas como “arma de arremço” ao tentar fazer atualizações políticas, interpretações e indiciações que levaram a uma tomada de posição, no ato de votação, contrário ao desejado. Assim solicita, ao senhor Presidente, a submissão a votação de uma moção de congratulação pelos quarenta anos do 25 de abril.-----

--- O senhor Presidente da Mesa encerra este período de “antes da ordem do dia” e abre o período da “Ordem do Dia”, avançando para o ponto 2.1 Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal, apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves.-----

--- Em representação, do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM, pela impossibilidade acima referida assim como dos vice-presidentes, o presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, cumprimenta o plenário saudando todos os presentes. Inicia a abordagem à atividade desenvolvida pela CIM, destacando o envolvimento constante e contínuo entre esta e os municípios. Começa por referir o fim do presente Quadro Comunitário, estando em fase de encerramento as candidaturas em execução. Refere o esforço da CIM e dos municípios em agilizar todos os meios para aproveitamento de toda a disponibilidade financeira no âmbito do





Quadro Comunitário 2007-2013. Referiu uma reunião, realizada na semana anterior, com o PO VT sobre o Ciclo Urbano da Água, referindo também o tema das acessibilidades e equipamentos, matérias em que se tem trabalhado em conjunto no intuito de obter a melhor participação possível, ainda no presente Quadro Comunitário.-----

Refere, quanto ao próximo Quadro Comunitário, as reuniões da Comissão Permanente do Conselho Regional, das quais uma foi realizada em Ponte da Barca, onde foi manifestada toda a preocupação com os programas previstos, enquadramentos e estratégias para a sua implementação, o que tem levado a uma ação contínua, por parte dos municípios, no que respeita ao modelo de gestão, estando em permanente contato com o Governo, Ministérios e Secretarias de Estado.-----

No âmbito do “Alto Minho 2020”, tem sido elaboradas informações, pareceres e tomadas de posição, sobre as infraestruturas de valor acrescentado sobre o Acordo de Parceria, enquadrando novos projetos. Sobre a questão das infraestruturas, foi referido a questão ferroviária, o Porto de Mar de Viana do Castelo, a acessibilidade a Paredes de Coura, a ligação à fronteira da Madalena assim como a saída e o escoamento dos produtos deste espaço.-----

No âmbito da saúde, refere a preocupação com o anunciado, a sua discordância e o pedido de uma reunião como Senhor Ministro da Saúde.-----

Foi referida a discordância quanto ao assunto da Justiça – encerramento do Tribunal de Paredes de Coura, já tendo sido manifestada esta posição. A preocupação com a perda generalizada de competências a nível local e a sua transferência para a sede do distrito, que avolumará o número de processos. Referiu ainda a questão do desdobramento do Tribunal de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, assente no princípio da especialização: no Tribunal de Arcos de Valdevez serão tratadas as questões do foro cível e no Tribunal de Ponte da Barca as questões de foro criminal. Situação já abordada em reuniões das Assembleias Municipais e em que a CIM também já manifestou a sua posição, defendendo a competência genérica.-----

Por fim salientou a preocupação com a proposta de decreto-lei, sobre a alteração dos estatutos da Resulima e da ValorMinho.-----

--- O senhor Presidente da Mesa, terminada esta intervenção, questionou toda a assembleia, sobre questões a apresentar.-----

--- Não tendo sido apresentada qualquer questão ou pedido de esclarecimento passou para o ponto 2.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2013. É dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves, em representação do Conselho Intermunicipal.-----

João Manuel Esteves - Começa por referir que a CIM centrou a sua atividade em dois aspetos essenciais: dar continuidade aos projetos de 2012 e preparar o próximo ciclo de fundos





comunitários. Enuncia o PTD do Minho-Lima e “bolsa de mérito” com projetos aprovados no valor global de 128 milhões de euros, para além do PROVERE Minho-Lima, GAC Litoral Norte entre outros. Aborda também outros projetos com candidaturas abertas ou que ainda podiam abrir como o “Alto Minho Digital”, “Formação-Ação para a Certificação da Qualidade”, “Marketing Territorial-Minho IN”, tendo sido possível aprovar no fim do ano projetos relativos às eco-vias e atratividade territorial: “Alto Minho Invest” e “CRIARTE Alto Minho”, estando-se a trabalhar a bolsa overbooking. Referiu também a conclusão da Estratégia e do Plano de Ação para o Alto Minho e a celebração do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” com setenta entidades para concretização das prioridades de estratégia “Alto Minho 2020”.-----

--- Em relação á receita da CIM refere que foram obtidos 3,9 milhões de euros a que correspondeu uma despesa de igual valor, tendo sido executado cerca de sessenta por cento do seu orçamento, não podendo ter sido executado mais porque alguns projetos só têm efeitos financeiros no corrente ano e ainda, outros oito, que acabaram de ser aprovados no valor de cerca de 4 mil milhões de euros e outros 6 projetos no valor de 3,6 milhões de euros. Assim, a CIM apresenta, em termos de saldo global de execução orçamental um superávit, como vem sendo normal, que constitui uma “reserva de eficiência” que poderá ser necessária, em tesouraria, no período de transição de quadros de programação comunitários, pois esta situação proporciona atrasos nos pagamentos.-----

Referiu a receita da CIM ser proveniente do Orçamento de Estado, no valor aproximado de 212 mil euros, das transferências dos municípios e ainda de Fundos Comunitários, sendo que a grande parte de despesas prende-se com o pessoal e aquisição de bens e serviços, estando estas completamente cobertas e financiadas, observando-se uma redução de cerca de dez por cento. No que respeita, dívidas a terceiros, uma redução no presente ano de 45,5%. Finaliza anunciando que o resultado líquido positivo é de 214 mil euros, para reserva de eficiência como já referido.-----

O senhor Presidente da Mesa abre as inscrições para este ponto. Inscreve-se o membro, Maria João Abreu, a quem é cedida a palavra.-----

Maria João Abreu – Cumprimenta toda a assembleia. Elogia o modelo de funcionamento da CIM, com equidade entre os municípios assim como em coesão nas decisões mais importantes, baseando a sua linha de ação num plano estratégico elaborado com a colaboração de todos. ---- Salaria o enfoque na formação, empreendedorismo, na natureza, no mar e consequentemente no turismo, caminhos delineados pela CIM. Saúda o equilíbrio das contas apresentadas, apontando a baixa de receita fruto da paralisação vivida no QREN e daí a falta de financiamento para alguns projetos. Enaltece o trabalho desenvolvido pela CIM no anterior quadro comunitário





esperando os melhores resultados no próximo. Assim, conclui que o Partido Socialista votará favoravelmente o Relatório de Contas. Agradece.-----

--- O senhor Presidente da Mesa passa à votação do referido Relatório. Após votação o mesmo é aprovado com 34 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções. (Doc. 8/2014). É solicitada a apresentação de uma declaração de voto pelo membro, José Augusto Sousa.-----

José Augusto Sousa – Comunica a sua abstenção pelo facto do mesmo se referir a um período em que não era membro da atual Assembleia Intermunicipal, justificando assim a sua posição.---

--- O senhor Presidente da Mesa passa à leitura da minuta para posterior votação. Passou de imediato à sua votação tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.3 – Aprovação dos Estatutos da CIM Alto Minho. Foi dada novamente a palavra ao representante do Conselho Intermunicipal, José Manuel Esteves.-----

João Manuel Esteves – Sobre este ponto refere, que é proposto pelo Conselho Intermunicipal, como redacção constante do anexo da proposta, nos termos do artº 2º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a alteração dos Estatutos da CIM Alto Minho nos termos apresentados na deliberação aprovada em Conselho Intermunicipal. (Doc. 9/2014) Assim, propõe-se a reformulação integral dos Estatutos da CIM Alto Minho, com a renumeração de todos os artigos sequencialmente.-----

--- Pelo senhor Presidente da Mesa é aberto o período de inscrições. Ninguém se tendo inscrito passou-se de imediato à votação. Após votação da minuta da proposta de alteração dos Estatutos da CIM Alto Minho a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.4 – Aprovação da Contratação do Revisor Oficial de Contas. É concedida a palavra ao Senhor João Manuel Esteves.-----

João Manuel Esteves – Nos termos do nº 3 do artº. 76 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, refere que os documentos de prestação de contas são remetidos ao órgão deliberativo, para apreciação, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos do nº 1 do artigo 77º da mesma Lei, que refere, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Assim, propõe-se a contratação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. nos termos da proposta anexa (Doc. 10/2014).-----

Aberto o período de inscrições, é feita a inscrição do membro, Abel Lopes a quem é concedida a palavra.-----





Abel Lopes – Cumprimentando toda a assembleia, questiona sobre o processo de seleção da empresa apresentada.-----

Pelo senhor João Manuel Esteves foi explicado o procedimento que passou pela apreciação de várias propostas/apresentações, tendo sido tomada a opção em função do currículo e valor apresentados.-----

--- Agradecendo a informação prestada, o senhor Presidente da Mesa passou à votação da proposta. Após votação foi a mesma aprovada com 34 votos a favor, o contra e 1 abstenção. Passando de imediato á leitura integral da respetiva minuta. Após votação foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.5 – Comunicação da alteração orçamental, cedendo novamente a palavra ao senhor João Manuel Esteves.-----

João Manuel Esteves - Informa sobre duas alterações orçamentais feitas até ao momento: uma primeira no início do ano no montante de 33.395,70 euros e uma segunda no montante de 20.000,00 euros, na sequência da aprovação do Conselho Intermunicipal da adesão à Agência regional de promoção Turística do Porto e Norte – Associação de Turismo do Porto.-----

--- O senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão deste ponto. Não tendo havido inscrições passa de imediato à leitura da minuta. Passando de imediato à sua votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 11/2014).-----

--- O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.6 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Ratificação de Procedimentos - Carácter Plurianual, cedendo novamente a palavra ao senhor João Manuel Esteves.-----

João Manuel Esteves – Relembra que por deliberação da Assembleia Intermunicipal de vinte e um de setembro de dois mil e doze, foi emitida uma autorização prévia genérica favorável, para assumir compromissos plurianuais, pelo órgão executivo, nos casos previstos: que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; ou, os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Assim é solicitada a ratificação dos procedimentos realizados de carácter plurianual entre treze de setembro de dois mil e treze e trinta e um de março de dois mil e catorze, de acordo com mapa anexo, estando estes compromissos assumidos com a implementação do “Minho IN – Marketing Territorial”, elaboração do dossier de candidatura à “Carta Europeia do Turismo Sustentável para o território do Alto Minho”, serviços de acompanhamento do “Programa Integrado na Modernização Autárquica”, aluguer operacional de viatura, serviço de Datacenter, apoio jurídico, assistência informática e Disponibilidade de Conectividade a 100 Mbps. Mais informa terem sido cumpridos todos os procedimentos





necessários. -----

O senhor Presidente da Mesa agradece a informação prestada, abrindo o período de inscrições. Não havendo inscrições passa à leitura integral do referido documento e respectivo anexo, passando de imediato à sua votação. A presente minuta foi aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 12/2014) -----

--- O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.7 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, cedendo novamente a palavra ao senhor João Manuel Esteves.-----

João Manuel Esteves – Na sequência do ponto anterior apresenta o pedido de aprovação, pela Assembleia Intermunicipal, de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, por motivos de simplificação e celeridade processuais, de acordo com Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo prestada posteriormente toda a informação à Assembleia Intermunicipal nos termos habituais.-----

--- O senhor Presidente da Mesa agradece a informação prestada, abrindo o período de inscrições. Não havendo inscrições passa à leitura integral do referido documento, passando de imediato à sua votação. A presente minuta foi aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc.13/2014) -----

--- Por fim, o senhor Presidente da Mesa abre o ponto 2.8 – Aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. Relembra a criação de um grupo de trabalho, constituído pelos membros: Maria Machado Cruz, do PS; Maria Emília Cerqueira, do PSD; João Manuel Alves de Castro do CDS-PP; Martinho Cerqueira da CDU e Cristina Sofia Martins do Movimento Independente - Pensar Cerveira. -----

Solicita à membro, Dora Machado a apresentação, genérica, das alterações efetuados no Regimento.-----

Dora Machado – Comunica que as alterações efetuadas se basearam na alteração da lei, sendo a lei de base, neste momento, a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. Começa a descrever as alterações: alteração do artigo 2º, passando a Assembleia a ser constituída por 38 membros; alteração do artigo 14º "... os membros da Assembleia têm direito a todas a regalias consignadas na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro" desaparecendo nomeadamente senhas de presença e transporte; alteração do artigo 28º, "... os órgãos deliberativos podem quando necessário reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão"; alteração do artigo 29º "a Assembleia Intermunicipal "A Assembleia Intermunicipal tem anualmente duas sessões ordinárias, devendo a primeira ocorrer até final do mês de abril e a segunda durante o mês de Novembro, referindo ainda que a primeira sessão se destina à aprovação do Relatório de Gestão e Contas do exercício do ano anterior e a segunda á aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano seguinte. No artigo 30º, ponto 5 passa a referir a nova Lei. Ou seja a





Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; alteração do artigo 60º que refere a “publicidade das deliberações”, passa, também a referir a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, desaparecendo a referência à Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.---

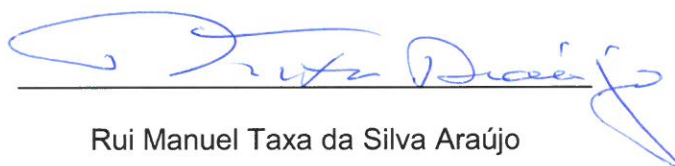
--- Feita a apresentação das alterações do regimento anterior em função da entrada em vigor da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.-----

o senhor Presidente da Mesa passa à abertura do período de inscrições para discussão do presente ponto. Não havendo inscrições passa à leitura da minuta, passando de imediato à sua votação. Após votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc.14/2014) ----

--- Por último é aberto o período de intervenção do público. Não se inscrevendo ninguém foi dada por terminada esta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho.

--- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou, pelas vinte horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----.

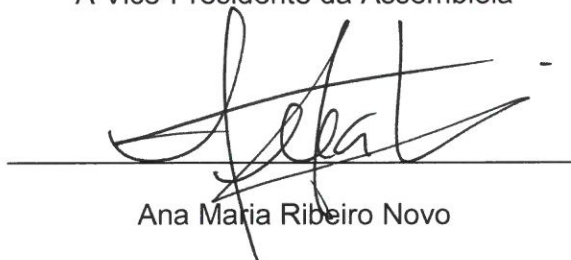
O Presidente da Assembleia



---

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia



---

Ana Maria Ribeiro Novo





O Secretário da Assembleia

*Abel Nunes Lopes*

Abel Nunes Lopes

*Maria Virgínia Guedes do Rego*

Maria Virgínia Guedes do Rego